



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

**CLAUDIALYNE DA SILVA ARAÚJO**

**MEMÓRIAS DE UMA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: a  
importância das políticas públicas**

**João Pessoa  
2019**

CLAUDIALYNE DA SILVA ARAÚJO

**MEMÓRIAS DE UMA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: a  
importância das políticas públicas**

Trabalho de Conclusão de Curso no formato de artigo,  
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em  
Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
da Universidade Federal da Paraíba, como requisito  
parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em  
Arquivologia.  
Período: 2018.2

Aprovada em: 13 / 05 / 2019

**BANCA EXAMINADORA**

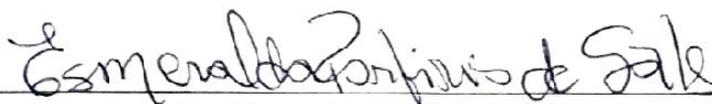


---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisele Rocha Cortês  
Orientadora (DCI/UEPB)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana Coeli Ribeiro Garcia  
Membro Interno (DCI/UEPB)



---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Esmeralda Porfírio de Sales  
Membro Externo (UEPB)

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

A658m Araújo, Claudialyne da Silva.

Memórias de uma mulher em situação de violência: a importância das políticas públicas / Claudialyne da Silva Araújo. - João Pessoa, 2019.  
28 f. : il.

Orientação: Gisele Rocha Cortês.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Violência contra a mulher. 2. Memória. 3. Políticas Públicas. I. Cortês, Gisele Rocha. II. Título.

UFPB/CCSA

# MEMÓRIAS DE UMA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: a importância das políticas públicas

*Claudialyne da Silva Araújo\**  
*Dra. Gisele Rocha Cortes\*\**

## RESUMO

Nos últimos anos a violência contra as mulheres tem sido tema debatido em várias esferas da sociedade, desde a política, a social, a acadêmica bem como na mídia. Todos os debates estão inseridos em um contexto maior alicerçado em profundas relações de controle e poder entre mulheres e homens, que vêm dizimando a vida das mulheres. A violência contra as mulheres é uma infração aos direitos humanos e problema de saúde pública. Assim o artigo tem como objetivo geral, discutir a ação das políticas públicas no enfrentamento à violência contra as mulheres em uma cultura machista, por meio das memórias de uma mulher que vivenciou várias formas de violência durante um relacionamento abusivo que durou dezoito anos. Assim a história de vida de Maria\* apresentado por meio das memórias de um casamento regado por violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial se torna representativa das normas hegemônicas de gênero a qual legitima a violência doméstica vivenciada por mulheres. Metodologicamente, utilizou-se a técnica da entrevista por meio da história de vida de Maria, visando representar com mais fidelidade possível os significados da mesma a respeito dos fatores sociais e culturais os quais legitima a violência doméstica, para análise e discussão dos dados utilizou-se a análise de conteúdo com categorias pré-determinadas. Percebeu-se que as políticas públicas são fundamentais para o rompimento com o ciclo de violência, mas o cenário de violências e crimes contra as mulheres não cessaram. Assim, chega-se à conclusão da necessidade em repensar novas políticas que alcancem os elementos culturais e que estão na raiz do problema, bem como reforçar ou reformular as existentes. Vale destacar que a luta deve ser constante, pois em termos jurídicos avançamos bastante nas últimas décadas, mas precisamos de mais políticas que protejam as mulheres.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Memória. Políticas públicas. Lei Maria da Penha. Femicídio.

## 1 INTRODUÇÃO

Vivemos a sociedade da informação e do conhecimento propagando amplo acesso às informações, com a expectativa de que as pessoas se tornem cientes de direitos e deveres, e de outra parte compreendam que isso remete ao uso e aplicação indiscriminados de imensa quantidade e qualidade de informação, de usuários (as) e de meios de divulgação. Os indivíduos, por sua vez remetem a não aceitação de atitudes contrárias a princípios éticos,

morais e legais, disponibilizados e disponíveis, mas como era de se prever, a tecnologia que possibilita a existência da sociedade ou a política decorrente, com toda essa amplitude, não assiste a todos (as) de maneira linear, tanto assim que assiste-se a desigualdades.

Deste modo, mesmo com amplo acesso a informação e com as tecnologias ampliando e facilitando, ainda nos deparamos com situações no qual as pessoas não estão conscientes dos seus direitos, estando assim, vulneráveis a condições que poderiam ser evitadas ao mesmo reduzidas. Como as mulheres que sofrem violência nos mais variados tipos. A violência contra as mulheres constitui violação dos direitos humanos “é considerado um problema de saúde pública, pois abala a integridade corporal e o estado psíquico e emocional da vítima, além de comprometer seu sentimento de segurança” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 4).

Muitas desconhecem as Leis e Políticas que tem como objetivo resguardar, proteger e empoderar. A violência contra a mulher é uma violação aos direitos básicos do ser humano, atingindo sua dignidade, autoestima, segurança e liberdade. Quando uma mulher é espancada e/ou morta, todas nós somos também.

Conforme a Convenção Belém do Pará (1994), compreender-se -á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.<sup>1</sup>

Na última década, segundo o Mapa da Violência apresentado em 2015, os índices são alarmantes “a taxa nacional de homicídio, que em 2003 era de 4,4 por 100 mil mulheres, passa para 4,8 em 2013, crescimento de 8,8% na década” (WAISELFISZ, 2015, p. 15), reforçando a justificativa do Brasil ocupar o ranque de 5º país, em um grupo de 83, que mais registra casos de violência, segundo a Organização Mundial da Saúde (2015).

Os dados mais atuais apresentados pela Agência Patrícia Galvão (2019), trazem uma realidade que choca em termos numéricos, entre 2017 à 2018 houve um aumento vertiginoso da violência contra as mulheres “A média mensal de agressões subiu 24%. Em 2018, 7.634 mulheres foram vítimas todos os meses, ante 6.139, no ano anterior. Os casos de tentativa de feminicídio<sup>2</sup>, por exemplo, mais que dobraram e ultrapassaram sete mil registros” (AGÊNCIA

---

<sup>1</sup>Disponível: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>

<sup>2</sup> O conceito descreve o assassinato de mulheres por homens motivados pelo ódio, desprezo, prazer ou sentimento de propriedade, ou seja, o assassinato de mulheres por elas serem mulheres. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-3077.pdf>

Em 2015 a então presidenta Dilma Rousseff, sancionou a Lei do Feminicídio. A lei “Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em: 16 abr. 2019.

PATRÍCIA GALVÃO, 2019, p. 02). São violências/crimes que atingem toda a população brasileira, chocam o país e incrementam o medo em todas as mulheres, mães, filhas, irmãs, sobrinhas, vizinhas e explicitam a misoginia.

A violência contra as mulheres existe, por séculos. Em decorrência de normas hegemônicas de gênero, historicamente construídas a violência contra as mulheres ainda tem sido concebida enquanto fenômeno natural, no ambiente conjugal ou fora dele.

Considera-se que conhecer as formas como as mulheres vivenciaram e subverteram a violência, pode contribuir para fortalecer outras mulheres a romper com o ciclo da violência, assim como fornecer subsídios para detectar as desigualdades de gênero, visando caminhos para sua transformação. (NASCIMENTO; BUFREM, 2012)

Assim tem-se como objetivo geral neste estudo, analisar as memórias de uma mulher que sofreu violência doméstica durante dezoito anos no casamento, discutindo ações de políticas públicas no enfrentamento à violência contra as mulheres em situação de violência. Para tanto, apresentaremos a história de vida de Maria\* como representativa no contexto de cultura patriarcal e de relações de poder, na qual muitas mulheres passaram e passam no ambiente doméstico, sendo agredidas e até mesmo mortas. Portanto, temos como objetivos específicos: discutir a importância dos movimentos feministas nas lutas e reivindicações; apresentar a importância das políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher; relatar as memórias de uma mulher que sofreu violência doméstica.

Por meio desta temática discutem-se fatores que auxiliam na construção das identidades sócio/culturais de uma mulher que sofreu agressões psicológicas, físicas, sexual, patrimonial e moral no ambiente conjugal, por dezoito anos, e como tais fatores foram determinantes em todas as fases da sua vida.

A Memória apresenta-se como um dos eixos de pesquisa na Arquivologia, sendo abordada geralmente nos documentos enquanto forma de registros que retratam e comprovam a existência de uma atividade que fora desenvolvida a partir de uma necessidade específica. No entanto, cabe ressaltar que toda organização é dotada que valores morais, éticos e culturais que são determinados pelos indivíduos que a compõem, e estas acumulam durante sua vida experiências em vários contextos culturais que determinam sua identidade, e portanto, irá refletir na cultura organizacional da empresa e da interação entre os indivíduos. E como campo de atuação dos Arquivos nos espaços públicos, poderiam ampliar seus espaços de

---

atuação ao inserir as memórias de mulheres em situação de violência em seus espaços, enquanto ampliação das políticas públicas arquivísticas.

Metodologicamente o relato caracteriza-se pela abordagem qualitativa, pautada na história oral de vida, que Meihy (2017, p. 35) define como “decorrente de narrativas, e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações [...] que talham a essência subjetiva da história oral de vida”. Assim, empreende-se interpretações de experiências, e situações reais, permeando um relato de vida conjugal baseado em violências psicológicas e físicas. Utiliza-se a história oral de vida, para embasar a narrativa que pretende atualizar memórias, relatos biográficos e o retorno do protagonismo na atualidade em situação diversa.

Como destaca Rigotto (1998, p. 120) “Nas Histórias de Vida, o eixo do relato situa-se na reconstrução da trajetória de vida do indivíduo desde a infância até a atualidade”, ou seja, correlacionando os fatos sociais e culturais da sociedade demonstrando a forte relação com a construção individual do ser diante de contextos variados, evidenciando o entrelaçamento do coletivo com o individualidade.

Ressalte-se que trabalhar história oral de vida não significa simplesmente um relato ordenado da vida e das experiências dos sujeitos, mas, acima de tudo e a partir dela, produzir conhecimentos históricos e científicos. Isto posto, o objetivo mais amplo seria o de possibilitar a que outras pessoas, em situações semelhantes, conheçam, adquiram informações, busquem ajuda e se utilizem dos meios disponíveis para subverter as desigualdades de gênero.

## **2 INFORMAÇÃO, LUTAS FEMINISTAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO**

A informação se apresenta como elemento primordial para a modificação comportamental do homem, conforme ressalta Barreto “a informação quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao da sociedade em que ele vive” (BARRETO, 1994, p. 2). É neste contexto que a informação é vista sob o terceiro paradigma dos estudos da Ciência da Informação, o social (CAPURRO, 2003).

O paradigma social, considera os usuários da informação envolvidos em condicionamentos sociais, culturais e materiais existentes no cotidiano do ser humano. Segundo tal paradigma, a CI tem importante papel a desempenhar na sociedade devido à sua forte dimensão social e humana (SARACEVIC, 1996). Deste modo, um dos objetivos da CI é

contribuir cada vez mais para a *inclusão social*, objetivando o desenvolvimento social e cultural para a sociedade. Tal desenvolvimento social é contemplado a partir dos olhares para os indivíduos/grupos que estão em posições frágeis na sociedade, estes que precisam de políticas que possibilitem a inserção desses em práticas sociais e culturais na sociedade de modo justo e igualitário.

Conforme destacam Côrtes, Alves e Silva (2015) o acesso à informação é imprescindível para promover a equidade de gênero e o empoderamento individual e coletivo das mulheres, ou seja, a informação tem poder e portanto, se constitui como um elemento mutável e não-neutro, passível de ser estrategicamente direcionada para a (des) construção de preconceitos e discriminações.

A informação e o conhecimento são elementos cada vez mais presentes na vida cotidiana da sociedade, assim, na atual conjuntura, informação e conhecimento têm destaque como produtos e serviços que possuem valor real e significativo, deste modo, os discursos passam a ser representações sociais e histórias vivas que para serem expressos criam-se estratégias informacionais, a partir de conceitos extraídos da Comunicação, Linguística, Cognição, Sociologia, Antropologia e Educação.

Cabe ainda ressaltar a importância da informação enquanto elemento envolto de transformações, percepções e comportamentos carregado de fatores sociais e culturais que afetam os indivíduos e a coletividade. Deste modo, a Ciência da Informação apresenta-se como mais uma área – dentre as citadas acima – que abordam discussões teóricas sobre as facetas e a transversalidade da informação, como também o impacto na sociedade.

As discussões sobre gênero enquanto categoria social especialmente no que tange ao fenômeno da violência contra as mulheres, ainda é pouco explorado na Ciência da Informação, merecendo destaque nas pesquisas no Brasil (BUFREM; NASCIMENTO, 2012). Alguns pesquisadores reforçam o pensamento de Bufrem e Nascimento sobre a escassez das discussões sobre gênero e sua relação com a Ciência da Informação, assim, como destaca Siciliano, Souza e Meth (2017) mostrando quantitativamente o aumento de artigos por décadas na base de dados LISA. Os resultados foram: na década de 80 apenas 4 artigos, na década de 90 foram encontrados 78 artigos, em 2000 foram recuperados 229, em 2010 identificou-se 277 artigos (SICILIANO; SOUZA; METH, 2017).

Neste sentido, faz-se necessário apresentar uma discussão acerca da importância das mulheres na sociedade e dos movimentos feministas marcados inicialmente pelas lutas sociais e pelo acesso de informações que possibilitem o suporte necessário à inclusão das mulheres na sociedade, em todas as esferas.

No século XIX, a Revolução Industrial e o trabalho das mulheres nas indústrias, encarado como mão de obra barata, gera inclusive interesse em maiores contratações, no entanto, a inconformidade em ter a mesma jornada de trabalho que os homens, porém recebendo salários inferiores aos homens, fez com que se organizassem e nutrissem o desejo a igualdade de gênero.

Os movimentos feministas no Ocidente foram, inicialmente, voltados para a conquista ao direito à educação e à profissionalização das mulheres. Em seguida, o século XX é marcado pela conquista do voto e do direito de ser votada, Partido Republicano Feminino e em 1919, com a criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, por iniciativa da Deputada Federal Bettha Lutz, o movimento passa a ganhar espaço e maior atuação, inclusive fora do território nacional (PERROT, 1988).

É neste viés, que o feminismo se apresenta, enquanto movimento moderno advindo dos ideais iluministas, das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana entorno de demandas por direitos sociais e políticos (COSTA, 2005). Os movimentos feministas mudaram, se comparados com seus primeiros ideais, foram se articulando e agregando-se a outros movimentos, novos modos de pensar foram sendo incrementados, buscando cada vez mais entender as relações de poder que dar força ao modo de homem e mulher serem tratados e vistos pela sociedade.

No Brasil, desde à década de 1970, o movimento feminista tem sido protagonista na busca por igualdade de gênero na reconstituição dos direitos negados ou omitidos. A partir de 1975, os movimentos foram intensificados, repercutindo em espaço de defesa e luta, onde incorpora diversas práticas midiáticas com o objetivo de dar visibilidade as reivindicações (WOITOWICZ, 2008).

A autora Espírito Santo (2008, p. 318) enfatiza que “a partir da década de 1970, a organização social da relação entre os sexos trouxe à tona a ideia que a cultura em torno da diferença entre homem e mulher deveria ser deslocada do determinismo biológico para as construções sociais, relacionais e culturais”. Assim, Percebe-se que as lutas feministas não estão apenas ligadas a questões constitucionais e jurídicas ou somente a transformação social mas em aspectos que vão além, ultrapassando raízes sociais e culturais, corporificando revolução nos costumes e práticas, isto é, uma revolução cultural (FIGUEIREDO, 2008).

O modelo patriarcal em algumas culturas, inicialmente estabelece diferenças pelo sexo biológico, que exerce um poder de subordinação das mulheres em relação aos homens é determinante para que a violência se materialize.

Conforme ressalta Bourdieu (2006) o poder simbólico está inserido na cultura dominante pela legitimação da ordem estabelecida por meio de hierarquias determinadas pela legitimação de um discurso baseado na distinção hierárquica baseada no sexo.

Conforme destaca Saffioti (2001, p. 01) “No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio”. Assim criam-se e reproduzem-se instrumentos de dominação que legitimam um discurso e atitudes violentas para com as mulheres que se propagam de geração para geração.

Vale destacar a ação dos movimentos feministas e de mulheres, para subverter tal estado de coisas. Em meio as lutas e conquistas a expansão do movimento feminista, no que tange sua atuação, principalmente em relação a elementos teóricos/metodológicos foram primordiais para a concretização das demandas e discussões nos espaços acadêmicos, direcionando para o ambiente científico a luta pela igualdade de gênero e ampliando o seu escopo de atuação.

O conceito de gênero começou a adentrar no movimento feminista a partir de discussões contextualizadas no sistema de poder (in)visível construídos e naturalizados na ordem patriarcal instituído há séculos, sendo o primeiro campo no qual essa ordem é erguida (SCOTT, 1990). A própria sociedade determina a diferença sociocultural do que é ser homem e do que é ser mulher, estabelecendo a segregação nos variados elementos e status, construindo assim, normas e padrões hierarquizados, posicionando a mulher abaixo do homem.

Destarte, conforme ressalta (SCAVONE, 2008, p. 176) “os estudos de gênero e feministas mostraram-se comprometidos com a transformação das relações de dominação e poder masculinos associados a contextos mais abrangentes [...] trazendo para o debate a reflexão política e social mais amplos”. Deste e modo é neste contexto que o conceito de gênero abarcou novas compreensões do sistema entre as relação de poder construídas socialmente e as desigualdades que embasam a situação de mulheres e homens.

A partir do cenário de lutas, diálogos e conquistas o movimento feminista busca seu fortalecimento constante na tentativa de alargar seu espaço de atuação e acentuar as relações democráticas. Muito já foi conquistado, principalmente no que tange ao enfrentamento e a violência contra as mulheres, mas a luta é constante pois não está ancorada apenas em reivindicar Leis, mas também em provocar mudanças culturais arraigadas em modos de pensar e agir.

Embora haja avanços, no sentido de favorecer o protagonismo feminino, a atuação das mulheres, em diversas instâncias sociais, ainda é permeada por desigualdades e discriminações, o que reforça a necessidade de mais políticas públicas que deem tanto assistência as mulheres como também ações que propunham o enfrentamento à violência.

## 2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA PARAÍBA

A violência contra as mulheres se apresenta como uma importante bandeira do movimento feminista, especialmente a partir da década de 70. Os índices de violência e morte de mulheres sempre existiram, mas por meio de protestos, mobilizações e campanhas os movimentos feministas foram protagonistas para publicizar o fenômeno, destacando a versão machista e misógina da sociedade brasileira.

Os jornais feministas além de denunciarem o silenciamento da sociedade diante dos crimes e a impunidade dos criminosos traz à tona relatos das mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. A atuação de jornais - Brasil Mulher<sup>11</sup> (1975-1979), Nós Mulheres<sup>12</sup> (1976-1978) e Mulherio<sup>13</sup> (1981-1987) - para as conquistas de mais proteção e também de punição aos agressores foram importantes para as lutas feministas (WOITOWICZ, 2008).

O movimento feminista enquanto sujeito coletivo articulou, a partir das demandas expostas e requeridas, mobilizações do poder público para a criação de políticas públicas que possibilitem apoio e segurança as mulheres vítimas de violência. Como destaca Rodrigues (2003, p. 01) “os movimentos feministas integram o processo de construção da cidadania”, é no final da década de 70 que o movimento denuncia uma sequência de casos de violência seguidos por morte, no qual os agressores estavam impunes. A autora reforça tal pensamento:

As organizações feministas brasileiras tiveram a capacidade de compreender que a luta por cidadania implica a superação de hierarquias temáticas na medida em que os direitos humanos são indivisíveis. Nesse sentido, a agenda feminista mostrou-se ampla, abrangendo as questões do trabalho, da renda, da participação política e social, da saúde, da sexualidade e do aborto, da discriminação étnico-racial, do acesso à terra, do direito a uma vida sem violência, dentre outros temas e outras questões que precisavam ser incluídos na arena pública (BARSTED, 2011, p. 14)

As articulações do sujeito coletivo construído pelas articulações com outros movimentos, foram se fortalecendo e assim puderam cada vez mais advogar pelos direitos nas

mais variadas esferas, tendo como escopo a luta por uma vida sem violência respeitando as diferenças, e desconstruir paradigmas grotescos (BARSTED, 2011).

A década de 80 é marcada pelo surgimento dos primeiros órgãos que tinham como objetivo o atendimento à mulher vítimas de violência. O SOS's constitui um marco, pois foi o primeiro a ter contato direto com a mulher, e como toda primeira experiência, passou por dificuldades pois havia despreparo das profissionais, além de surgirem demandas que estavam além dos objetivos do SOS's (SILVEIRA, 2010).

Com tal cenário mobilizado pelas feministas, o poder público começa a implantar políticas para as mulheres vítimas de violência. Segundo Pinto (2003) em 1985 a violência ganha mais força com a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres no Estado de São Paulo. Em 1992 haviam 141 em várias regiões do país.

Os centros de referência surgem a partir da experiência com o SOSs, com o objetivo de realizar orientações e encaminhamentos necessários, com atendimento psicológico, social e jurídico. As casas abrigo também inspiradas no SOSs, mas, com um atendimento mais direcionado aos casos mais graves de agressão no qual as mulheres estão em risco de morte (SILVEIRA, 2010).

No mesmo ano é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e em 1986 é criada a primeira Casa Abrigo, no Estado de São Paulo pela Secretaria de Segurança Pública, para mulheres que se encontram em situação de risco de morte.

No Norte e no Nordeste o movimento tem início a partir de articulações entre as feministas inspiradas em Bertha Lutz em São Paulo e Lolinda Dalton na Bahia, a partir de grupos que encabeçam associações e ONG's na Bahia, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Pará. Como enfatiza Ferreira (2011, p. 28.) “os desejos das feministas de socializar ideias, conteúdos, que permitiriam e possibilitaram a visibilidade de questões despercebidas pela sociedade [...] a ação delas trouxe ao público o universo das mulheres, suas bandeiras e luta”, enfatizando temas que envolviam a saúde da mulher, defesa pelo seu corpo, a violência contra a mulher.

Em 2003 é criado a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com status de Ministério, com esta força e apoio do Governo Federal novas conquistas foram alcançadas. Deste modo, as lutas e reivindicações continuam com o movimento feminista cada vez mais articulado, criando redes e incorporando novas demandas e interações (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017).

Pode-se destacar, enquanto movimento articulado, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) ocorrida em Brasília em julho de 2004, promovido pela

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) da Presidência da República, que teve como objetivo propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) que foi pautado por oito pontos fundamentais: Autonomia das mulheres, laicidade do Estado, Equidade, Igualdade e respeito à diversidade, Universalidade das Políticas, Justiça social, Transparência dos atos públicos, participação e controle social (FONTES; MARCONDES, 2005).

No ano de 2007 foi realizada a II Conferência Nacional com o objetivo de avaliar a implementação dos primeiros resultados do PNPM, e em 2011 tivemos a III Conferência sob um panorama totalmente diferente a I CNPM, conforme destacam a Articulação de Mulheres Brasileiras:

Ali, em 2004, estávamos sob efeito positivo da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM com status de Ministério, orçamento próprio e com vinculação direta à Presidência da República. Conquistamos a almejada reformulação do CNDM, que passou a ter representantes de movimentos sociais eleitos por seus pares, ao invés de escolhidos pela presidência. Hoje, a conjuntura em que acontece esta III CNPM é outra. Estamos em meio ao agravamento da crise internacional do sistema capitalista, crise em nome da qual cortam-se direitos Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas 12 sociais ameaçando ao sistemas universais de seguridade social dos países europeus, enquanto nós estamos aqui querendo universalizar e expandir o acesso a direitos (ARTICULAÇÃO DE MULHRES BRASILEIRAS, 2011, p. 12).

Nessa perspectiva de luta e resistência importante na defesa dos direitos das mulheres brasileiras, é que foi conquistado a implementação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), aprovada em 2006 no governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem esse nome em homenagem a uma mulher que sofreu por muitos anos fortes violências de seu marido.

Cabe reforçar a importância da atuação dos movimentos, como também a articulação dos órgãos encabeçados pelas feministas, como destaca Brasted (2011, p. 15) “impulsionar políticas públicas voltadas para a efetivação da cidadania das mulheres, especialmente no que se refere ao enfrentamento da violência”, essenciais para toda conquista da Lei Maria da Penha, esta que adveio da Convenção do Belém do Pará em 1992 que destacou os desafios a serem enfrentados para que a mulher tenha direito a uma vida sem violência. A autora reforça a atuação dos movimentos:

A elaboração e o processo legislativo voltados para a aprovação da Lei Maria da Penha contaram com a capacidade de organização e de mobilização

política de organizações e movimentos feministas, que desenvolveram articulações amplas, incluindo articulações com atores-chave do poder político. Esse processo redundou, também, no aprofundamento do debate público sobre a violência de gênero e sobre as limitações do exercício da cidadania pelas mulheres. Significou, ainda, a incidência sobre políticas públicas para além da demanda legislativa. Nesse sentido, a ação de advocacy das organizações e movimentos feministas foi um exemplo de pressão sobre o Estado para retirá-lo do espaço de omissão legislativa em relação aos direitos humanos das mulheres (BRASTED, 2011, p. 16).

A pressão que esses grupos exerceram a partir de articulações e mobilizações sociais, construídas ao longo de 30 anos de lutas e demandas em prol de políticas que defendam uma via digna as mulheres. A partir de então, as políticas de enfrentamento contra a violência em todos os níveis, contra a mulher foram intensificados, como também a exposição midiática dos casos.

Maria da Penha Maia Fernandes, Biofarmacêutica cearense, foi casada com o professor universitário Marco Antônio Heredia Viveros, o qual cometeu violência doméstica durante 23 anos de casamento. Em 1983, Marco Antônio tentou matar Maria da Penha com um tiro de espingarda nas costas enquanto ela dormia, deixando-a paraplégica. Logo após este atentado à vida de Maria da Penha, Ele (Marco) foi encontrado na cozinha gritando por socorro, dizendo que havia sido atacado por assaltantes.

A segunda tentativa se deu meses mais tarde quando ele tentou eletrocutá-la e afogá-la empurrando-a no chuveiro. Após essa segunda tentativa de matá-la, Maria da Penha não aguentou mais, tomou coragem e o denunciou, saindo de casa devido a uma ordem judicial, iniciando então uma batalha para que o marido fosse condenado. O caso foi julgado duas vezes, mas o advogado de defesa alegou que havia irregularidades no processo, ficando em aberto por alguns anos.

Maria da Penha, então acionou o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano e do Caribe, para Defesa dos Direitos da Mulher. Estes organismos encaminharam seu caso para a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1998. O caso de Maria da Penha só foi solucionado em 2002, quando o Estado Brasileiro foi condenado por omissão e negligência pela corte de Direitos Humanos. Cabendo ao Brasil se comprometer em reformular suas leis e políticas em relação à violência doméstica contra as mulheres. Segundo o Mapa da Violência, a taxa de homicídio de mulheres no Brasil é de 4,8 ao ano, a cada 100.000 habitantes. A Lei Maria da Penha, criada em 2006, e a Lei do Feminicídio, de 2015, buscam

diminuir esse número, porém, mesmo com a constituição da Lei e das várias políticas públicas de enfrentamento contra a violência, em todos os níveis, não vêm diminuindo os números.

Porém, os dados não devem ser encarados como elementos desanimadores, pelo contrário, hoje tem-se ferramentas de alcance maior contra a violência nunca tido antes, as redes sociais, os canais de comunicação aberta, as Delegacias de Atendimento às Mulheres, as Secretarias da Mulher e as militâncias espalhadas pelo mundo que fortalecem as redes, vêm contribuindo grandemente com a luta e com a implantação de políticas públicas contra o machismo e a violência contra as mulheres.

Neste cenário, destaca-se também a homologação da Lei Maria da Penha. Até então, todo e qualquer caso de violência que acometesse mulheres eram aplicadas apenas as medidas convencionais do código penal brasileiro enquanto crimes de menor potencial ofensivo pautados na Lei 9099/1995, utilizadas e aplicadas como um crime convencional qualquer, embora a constituição de 1988, em seu texto, já havia determinado “que o Estado crie e assegure mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares” (GOMES; BATISTA, 2015). Vale salientar, que a Lei Maria Penha não se aplica apenas a violência física, ela contempla também os casos de violência psicológica, patrimonial, moral e sexual.

Outro marco importante para a luta contra a violência contra as mulheres, foi em 2015 a então presidenta Dilma Rousseff, sancionou a Lei do Femicídio. Criada a partir de uma recomendação da CPMI que investigou a violência contra as mulheres nos Estados Brasileiros (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2019).

O estudo da Lei Maria da Penha e de outras Leis e documentos correlatos, como a Lei do Femicídio, os Relatórios de pesquisas atualizados de instituições que militam junto a causa de violência contra a mulher, dentre outras informações pertinentes ao tema, favoreceu a todos o reconhecimento da importância dessas Leis, serem cada vez mais ressaltadas em toda sua existência e necessidade.

Assim, mesmo com todo ensejo da aprovação da Lei em prol de proteção para a mulher, percebemos que as ações que demandam de sua aplicabilidade ainda são incipientes diante da realidade atual. Persiste o medo e a insegurança no tocante a denúncia e suas consequências, a acessibilidade para sua eficácia dependendo do local do domicílio e da zona geográfica em que reside e do enfrentamento da mulher para lidar com as consequências (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2019).

Importante ressaltar que a implantação de leis sem as constantes avaliações e adequações necessárias, de nada adianta. Ao desenvolver e implantar uma Política Pública de enfrentamento à violência deve ser composta de elementos sociais, culturais, informacionais,

econômicos e educacionais para alcançar os objetivos propostos. A simples existência da Lei sem as garantias que as rege, não garante o fim de uma cultura machista de opressão e violência contra a mulher.

## 2.2 “PARAÍBA MASCULINA” NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

“Paraíba masculina [...]” composta por Luiz Gonzaga na década de 40, que por meio da comparação da mulher com a Paraíba denota a força da mulher nordestina/paraibana, mas por outro lado também reflete uma cultura machista persistente até os dias de hoje expressivamente na região Nordeste.

A posição do homem como superior a mulher que o faz capaz de humilhar, maltratar e até machucar, está mascarado por discursos que envolvem a educação que recebeu em casa, na escola, na igreja, no bairro, na cidade e no país em que vive. Nos deparamos com uma cultura impregnada há décadas, e que é usada como desculpa para espancar e matar outro ser humano pelo simples fato de ser mulher, ou seja, está estabelecido no sistema do modelo patriarcal, onde a relação homem e mulher é estabelecido a partir de hierárquicas construídas culturalmente, em que reduz o papel da mulher na sociedade.

Nas últimas décadas a violência contra as mulheres é destaque nas mídias, fazendo com que a sociedade preste mais atenção aos índices alarmantes e cobrem dos poderes públicos soluções rápidas e eficientes. É uma tomada de consciência para fazer surgir as políticas públicas, com intuito de trazer soluções para os problemas que advém da sociedade. Cabe ressaltar a importância de que todos (as) se envolvam com a criação e a execução, tanto os atores – políticos, administrativos e sociais – como a sociedade em geral necessitam participar da elaboração e da execução das políticas para que a mesma surta o efeito esperado.

A partir de então, debates sobre violência contra a mulher tornaram-se mais presentes nos ambientes sociais, políticos e especialmente no jurídico ajudando a reforçar a necessidade que se tratasse o assunto como problema de saúde pública nacional. A partir daí as políticas públicas no enfrentamento a violência contra as mulheres passam a se institucionalizar expandindo para os estados e municípios.

A Paraíba, apesar de ter sido um dos estados pioneiros na elaboração de políticas públicas de combate a violência contra a mulher, ainda se faz necessário a constante discussão para o combate à cultura machista ensinando que o homem é quem manda e a mulher tem que baixar a cabeça e apanhar calada, pois, esse é o papel dela.

Na Paraíba, os índices de violência são bastante expressivos, de 2009 a 2018 os casos não tranquilizam a população feminina, os índices são fortes e assustam. Segundo Governo do Estado,

De 2009 a 2018, um total de 1.083 mulheres foram assassinadas. Em 2018, o número chegou a 84 mortes. Os dados oscilam bastante, mas a maior alta foi no ano de 2011, com 146 mulheres vítimas de crimes violentos e letais. Embora, segundo o Governo da Paraíba, tenha havido uma redução de 29% nos casos desde 2010, os números mostram que não há um controle dos casos. Além disso, o mês de janeiro de 2019 também foi marcado pela violência contra a mulher (SEDS, 2019).

Vários elementos podem ser encontrados a partir dos dados acima, desde a cultura do patriarcado no Estado ser forte e abrangente, estando em todas as classes sociais, e até mesmo em casos isolados e específicos de violência.

Segundo o Anuário de Segurança Pública da Paraíba, o mês de janeiro de 2019 foi marcado pela violência contra as mulheres, “pelo menos 19 casos de violência contra a mulher, entre eles feminicídio, violência doméstica, abusos e assédios, marcaram o mês de janeiro” (ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Dados expressivos que incitam o medo na população.

Entre 2015 à 2017 há uma significativa diminuição dos casos de violência seguidos por morte, com 113 mortes em 2015, caindo para 97 em 2016, diminuindo ainda mais em 2017 para 78 casos registrados, porém em 2018 o índice sobe um pouco para 84, porém, ainda representa uma diminuição (ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Destarte, mesmo diante da redução, os números continuam a preocupar as autoridades paraibanas fazendo com que as políticas de enfrentamento sejam reforçadas no Estado.

Diante de tal contexto, o Estado vêm desempenhando um importante papel na construção de políticas públicas com o objetivo de fortalecer o combate a violência contra a mulher. De acordo com a Secretária da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana Estadual Gilberta Soares, políticas públicas estão sendo implementadas no sentido de dar apoio às vítimas de violência.

Segundo ela, há políticas nas área de repressão a esses crimes, em parceria com a Secretaria de Segurança e Defesa Social, incluindo o aumento para 14 Delegacias da Mulher em todo o Estado e o SOS Mulher, dispositivo que mantém o contato da vítima diretamente com a Polícia. Também destacou a implantação da “Patrulha Maria da Penha”, em que a Polícia Militar fará visitas às mulheres com medidas protetivas, no sentido de dar segurança às vítimas ameaçadas. Além dessas ações, Gilberta destacou as casas e centros de apoio às vítimas de violência doméstica, como a Casa Abrigo em João

Pessoa e o Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes em Campina Grande. Conforme Gilberta, outro centro de apoio está sendo implantado na cidade de Sumé, Cariri Paraibano (SOARES, 2019, entrevista).

As políticas públicas de enfrentamento a violência tem como características ações de responsabilidade social, que são constituídas de intervenções contínuas com metas e objetivos a serem alcançados à médio e longo prazo, que alcancem toda a comunidade por meio de mudanças sociais e culturais na sociedade.

Tais políticas são imprescindíveis para promover o empoderamento e auxiliar as mulheres a romperem com o ciclo de violência no qual se encontram. As delegacias, as casas abrigo, os centros de referências são órgãos que trabalham formas diferentes de proteção e fortalecimento da mulher que encontra-se fragilizada. Os relatos de violências são diversos, e conhecê-los faz com que a sociedade compreenda a importância de reivindicar do poder público políticas cada vez mais fortes para enfrentar a violência.

### **3 MEMÓRIA**

A memória faz parte do ser humano desde sempre, nos capacitando a pensar e recordar situações vivenciadas recriando situações de aprendizagem e experiências. Relatos vivenciados a partir de experiência coletiva ou individual, compreendendo que o ser humano participa de um contexto social que juntamente com o acréscimo das experiências, dos valores morais e éticos expostos, auxiliam na construção das identidades, pois, segundo Stuart Hall a identidade não é biológica, é construída historicamente e torna-se uma celebração móvel formada e transformada continuamente pelos sistemas culturais que somos representados (HALL, 2004). Já Moreira (2011, p. 01) afirma que a memória “[...] é uma construção psíquica e intelectual que acarreta, de fato, uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”.

Nesse sentido, o lembrar/recordar está estritamente relacionado com o que já foi vivenciado pelo indivíduo dentro de sua conjuntura social e cultural, e tal recordação permanece na mente até que estímulos externos sociais façam parte da memória, porque a trazem para o tempo presente e fazem desse tempo um momento vivo do passado, reconstrução do presente, auxiliando na projeção para o futuro.

Conforme destaca Jardim (1995, p. 2) “A memória é, portanto, processo, projeto de futuro e leitura do passado no presente”, ou seja, por meio da reconstrução do passado que

pode-se projetar o futuro com base em experiências individuais que fazem parte da identidade individual, mas que resplandece os valores culturais da sociedade.

Segundo Chauí (2006, p. 125), “[...] a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total”. Apresenta-se como intimamente relacionada ao tempo, no entanto, com sua própria cronologia, uma memória carregada de percepções e considerações individuais que ao mesmo tempo, a partir de relações sociais em que constantemente o indivíduo está envolvido transformam-se em relações coletivas uma vez que as interações e trocas do sujeito com o ambiente externo marcam a reconstrução e ressignificação da identidade do indivíduo.

A dualidade entre a memória individual e a coletiva é apresentada sob o olhar de Paul Ricoeur em seus estudos por meio de perspectiva flexível que cabe a cada indivíduo, elas não se opõem no mesmo plano, mas em universos próprios de cada pessoa (RICOEUR, 2007, p. 37). O autor ainda reforça que aparentemente a memória está em cada indivíduo de modo pessoal, íntimo, mas, ressalta que o sujeito está envolto de relações com outros sujeitos, outras culturas outros valores “o eu, os coletivos e os próximos” (RICOEUR, 2007, p. 37).

Por sua vez, os espaços coletivos são determinantes na construção identitária do indivíduo, ultrapassando o tempo de vida, por meio de relatos contados a partir de gerações e das inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que marcou a vida de uma pessoa. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, misturam-se e constituem-se como possíveis fontes para produção do conhecimento (DELGADO, 2003).

A construção de identidades se fortalece do interrelacionamento entre o mundo interior e exterior nos quais o indivíduo está inserido, considerando os valores morais, éticos, culturais e experiências de vida que constroem o sujeito numa realidade ora conectada/desconectada com o ambiente sociocultural, conforme ressalta o autor abaixo,

[...] nossas identidades surgem de nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” [...]”fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais (HALL, 2004, p. 9).

As relações familiares são determinantes nesse universo de construção de identidades, valores, percepções, códigos culturais são transmitidos de geração para geração, como destaca Peter Berger em que o homem constrói a realidade social e ao mesmo tempo que é influenciado por ela, assim, são decorrentes da ação humana envolto de fatores sociais,

culturais, econômicos e políticos em uma realidade objetiva e outra subjetiva (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Conforme destaca o autor, compreende-se a memória coletiva como sendo constituída por tempos passados e, dada sua importância, adquirem significados, passando a influenciar a vida em grupo, posto que são usualmente lembrados, servindo de base para a reconstrução da memória, bem como de suas tradições, histórias e modos de vida (HALBWACHS, 2006).

Apesar das memórias individuais se apresentarem como sendo exclusivamente do sujeito, podem ser consideradas coletivas porque foram desenvolvidas com base nas interações com o meio social, relacionada ao mundo externo, o que faz da lembrança um elemento de construção social. “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Ainda para o autor, a memória individual não pode ser dissociada da memória coletiva, por mais que o indivíduo acredite que sua memória é unicamente pessoal, uma vez que foi vivida e sentida a partir de sua existência física e emocional, ela é resultado daquilo que foi percebido na coletividade, ou seja, é a representação da sua trajetória de vida individual baseada nos laços e (re)construída em múltiplas relações sociais/culturais.

#### **4 MEMÓRIA DE RESISTÊNCIA: vida (re)construída**

Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se com abordagem qualitativa pautada na história oral de vida, que segundo Meihy (2017, p. 35) “as histórias de vidas são decorrentes de narrativas, e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações [...] que talham a essência subjetiva da história oral de vida”, pode-se empreender interpretações qualitativas das experiências de vida, respaldado em situações reais por meio de um relato de vida conjugal baseado em violências psicológicas e físicas. Importante ressaltar que trabalhar história oral não significa simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência das pessoas, mas, acima de tudo, produzir conhecimentos históricos e científicos.

Contaremos a história de Maria, uma mulher de 56 anos, que foi casada por 22 anos com um homem que durante todo o casamento cometeu violência física, psicológica e patrimonial contra ela. Maria relata fatos marcantes desde sua infância (sua educação e como seus pais a criaram), sua adolescência, seu namoro, seu casamento, e as principais agressões que sofreu.

A entrevista foi realizada na casa da entrevistada, onde ela se sentiu mais confortável para expor seu relato que foi gravado e durou cerca de 2 horas. Em alguns momentos foi necessário algumas pausas, pois, a entrevistada emocionava-se. Realizou-se a transcrição das entrevistas e em seguida as análises foram elaboradas tomando por base a análise de conteúdo, extraindo as categorias a partir da entrevista realizada com Maria.

Para fins de organização da estrutura de análises, separou-se em duas categorias de análises: Infância e adolescência, casamento e separação. Assim apresentaremos a sequência dos relatos articulando com o referencial teórico. A sequência de perguntas ocorreu de modo natural, a medida que a entrevistada apresentava seus relatos, a pesquisadora seguia com as perguntas, deixando a entrevista a vontade. Foi explicado à entrevistada, que sua identidade iria ficar no anonimato e qual o objetivo daquela entrevista e sua importância. Assim, com o intuito de preservar sua identidade, criamos o nome fictício a entrevistada, chamando-a de “Maria”.

#### 4.1 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE “MARIA”

Nasceu em 1962 na cidade de Bayeux, filha mais velha de 12 irmãos, estudou e terminou o segundo grau, mãe de dois filhos, sempre morou com seus pais, saindo da casa dos mesmos quando conheceu seu marido com quem namorou, noivou e casou. Casou grávida, aos 18 anos de idade do seu primeiro filho, e aos 22 anos nasce seu segundo filho. Desde o início do casamento sofreu violência física e psicológica do companheiro, inclusive enquanto estava grávida. Assim Maria relata sua vida, nos 10 primeiros minutos da entrevista sobre a agressividade de seu marido destacando violências e alguns motivos que o levaram a agredi-la, a intervenção dos filhos nos momentos de agressões, nas quais por várias vezes foi “salva” pelos filhos com idade entre 12 e 15 anos.

Após tais falas, a mesma reafirma como foi criada por seus pais e a educação que eles lhe deram, reforçando a construção de identidade da época, em sua fala:

Como eu disse a você, nasci em 1962 e naquele tempo a mulher não tinha direito nem de falar. Pra casar ele (o pai) dizia logo, olhe você tem que fazer o que seu marido mandar, tem que obedecer o marido, quando o marido sair do banheiro tem que ter toalha, cueca e sandália na porta [...] tipo escrava do homem, do jeito que minha mãe foi e ainda é até hoje. Foi a educação que a gente teve e foi do tempo dela também (a mãe) [...] a minha mãe dizia assim: olhe quando vocês casarem tem que fazer tudo certinho, quando for na hora do almoço você tem que botar o prato, talher, o copo, o suco, a água [...] mas

quando eu casei, eu não fiz isso, pq não tinha tempo, ou eu trabalhava ou morria de fome todo mundo.

Podemos identificar no relato acima, a questão dos marcadores sociais e culturais como elementos definidores na construção da identidade esperada da mulher, uma época vista como “natural” a mulher ser submissa ao esposo ao ponto de ver como natural a humilhação e até mesmo a violência. Conforme destaca Saffioti (2001, p. 01) “No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas[...]”. Assim criam-se e reproduzem-se instrumentos de dominação que legitimam um discurso e atitudes violentas para com as mulheres que se propagam de geração para geração.

As filhas eram criadas para casar e atender seus maridos na estrutura cultural da época, a dominação patriarcal, de acordo com que eram ensinadas a ser e fazer, a tradição de que a mulher está ali para servir ao marido conforme fora criada.

Como destaca Halbwachs a memória vem sendo constituída por tempos passados e, dada sua importância, adquire significado, passando a influenciar a vida em grupo, posto que são usualmente lembradas, servindo de base para a reconstrução da memória, bem como de suas tradições, histórias e modos de vidas. (HALBWACHS, 2006). Ou seja, as tradições familiares e os modos de vida de seus pais influenciaram no seu entendimento de casamento, atrelado a percepção que seu papel era servir ao marido, a qualquer custo, como lhe fora ensinado.

Após ressaltar como tinha sido sua criação durante a infância, Maria inicia a relatar como foi sua adolescência, ressalta que foi criada de maneira rígida pelos pais, saía de casa apenas para ir à escola. Como era a mais velha de todos os irmãos, tinha a responsabilidade de ajudar a mãe a cuidar de todos e ajudar na organização da casa.

Ela relata que conheceu o esposo no colégio, estudavam juntos, foram noivos por quatro anos, e casou grávida, pois o noivo queria uma prova de que ela era virgem, como relata:

[...] eu já me casei grávida foi por conta dele mesmo, porque falou que só se casava se eu provasse a ele que era virgem, – e já fazia quatro anos que a gente era noivo – porque o que tinha de mocinha embutida dentro de casa quando o cara casa que vai ver de virgem não tinha nada [...] daí eu cedi e logo fiquei grávida [...].

A partir de tal relato vemos a relação do machismo em evidência a influência da cultura patriarcal na vida das mulheres e homens, a partir das normas hegemônicas de gênero e relação de poder entre mulheres e homens, como também, sobre a relação de exploração e os papéis exercidos na ordem patriarcal.

Em seguida Maria responde se durante o namoro/noivado ele já demonstrava sinais de ciúmes, possessivo e agressivo.

O ciúme ele já demonstrava, agora a violência não. Ele demonstrava que tinha muito ciúme, era daqueles homens pegajoso, entende? Se eu fosse para um canto com ele, era para eu ficar olhando só pra ele ou para o chão, não podia olhar de lado pra ninguém. Se eu olhasse pro lado, ele me beliscava e perguntava: tá olhando pra onde hein? Tô de olho [...].

Percebe-se mais uma vez a relação de poder em que a categorial social homem detém poderes para normatizar e controlar a vida, os atos e o corpo das mulheres. Assim, a relação de poder já exercida durante o namoro, refletindo os primeiros indícios de relação baseada no poder, no sentimento de posse. Como reforça Bourdieu (2006), um poder simbólico que é exercido como um poder invisível que o outro não percebe que está sendo sujeito a tal. Maria entendia que tal ciúme, apesar de exagerado, era uma prova de amor.

#### 4.2 CASAMENTO E SEPARAÇÃO

Por meio de suas memórias as agressões psicológicas e físicas começaram logo no início do casamento. Maria se refere que, inicialmente, o marido saia muitas vezes sozinho e deixava ela em casa cuidando dos filhos. Ele saia todos os finais de semana para casas de shows e ela tinha que ficar em casa, pois era o ‘‘papel’’ dela enquanto esposa. Por vezes chorava e pedia para ele não ir, até que chegou o dia em que ele a empurrou grávida de seu primeiro filho:

[...] ele deu um chute tão grande em mim, eu estava com oito meses de gravidez, que o menino encaixou no meu estômago e eu fiquei morrendo sem ar, e ele passou por cima de mim e foi embora, quem me acudiu foi o vizinho que me levou para o hospital. O médico disse: ave Maria o que foi isso o menino tá encaixado [...] e foi sufoco para o médico tirar esse menino desse encaixado. E depois eu disse: fui eu que caí. O médico perguntou: a senhora caiu em cima de que?. Eu disse: lá onde eu moro não tem água encanada não, e a gente tem uma cacimba, e tem umas pedras, e eu vinha com um balde de água eu tropecei e caí [...].

Chamaram a minha mãe no hospital, quando ela chegou o médico disse que tava tudo bem, e ela perguntou, menina o que foi isso? Porque o que sofria não falava pra minha família, sabe porque? Só pra não ouvir da boca do meu

pai, porque ele me disse: você vai casar com esse bicho, mas você vai sofrer e quando você tiver sofrendo eu não quero nem saber. Por isso eu não dizia, por orgulho, para não escutar que meu pai estava certo [...] E agora eu tenho que sofrer mesmo calada [...]

Através dessas falas percebe-se que as vítimas geralmente estão em uma condição psicológica tão frágil que elas internalizam que estão em uma situação que elas mesmas provocaram, entendem que ninguém pode ajudá-las porque a culpa de tudo aquilo são delas próprias. Isso é uma das condições a que os agressores as submete, ao iniciar as agressões psicológicas, através de xingamentos, humilhações e espancamentos, caracterizando assim o ciclo de violência que não resume-se apenas um tipo de violência, mas em um conjunto que marcam a memória das vítimas levando-as a internalizar tais fatos como naturais.

Corroborando com Chauí (2006, p. 125), “[...] a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total”, assim, percebe-se também que a memória ultrapassa os limites de tempo e espaço, pois, por vários momentos foi possível perceber no semblante de Maria a dor dos relatos e fatos, como se ela estivesse vivenciando novamente, dentro daquela mesma casa, onde tudo ocorreu. E como acontece com várias vítimas de agressões, a mulher esconde a violência de todos, por meio de mentiras pela vergonha ou até pela exposição dela e dos filhos.

Foi perguntado a Maria se ela lembrava de uma agressão mais forte, que foi marcante:

[...] um dia ele chegou, eu estava trabalhando, comprei bode, feijão verde, macarronada, ajeitei nosso almoço, ai eu comprei duas cervejinhas sentada no beco [...] ele chegou, colocou a cabeça aqui na porta da cozinha olhou para onde eu estava, e chamou aquele nome comigo, e disse: vem aqui. Eu nem liguei, fingi que nem ouvi, ai ele chamou novamente, quando foi a terceira vez que ele chamou ele disse: tais surda é? [...] vem aqui rapaz, eu disse já vou tenha calma. Aí eu peguei o copo derramei o restinho que tinha de cerveja, e botei na boca da garrafa e peguei o copo e o prato e vim, quando eu chego na porta da cozinha ele me pegou pelo gogó, ai eu disse: me solte! E ele agarrado em mim. E ele disse: quando eu lhe chamar, você venha me atender de imediato. E eu comecei a gritar: Socorro, socorro... ele me empurrou por cima do fogão, derramou feijão no chão, o fogão virou [...] a vizinha subiu no muro e viu ele agarrado no meu pescoço, ela correu na rua pra chamar meus filhos [...] os meninos correram pra casa com os amigos, aí meu filho agarrou ele tirou ele do meu pescoço, eu caí no chão, minha vizinha saiu me arrastando pelo quintal e eu atrás de que o ar entrasse, e nada, e eu sem fôlego, ela começou a gritar e o povo da rua começou a chegar [...] até que eu comecei a retomar o ar. Eu passei mais de trinta dias sem aguentar nem tomar água direito porque meu pescoço era todo dolorido [...]

[...] Foi dessa vez que meus meninos disseram: mãe ou a senhora deixa pai de uma vez ou vai terminar acontecendo uma desgraça aqui dentro de casa, ou ele mata um de nós ou a gente mata ele [...] E eu disse: meus filhos, isso

era tudo que eu queria ouvir na minha vida [...] porque muitas vezes eu com aquela mente fechada, aquele tabu que a mulher é escrava e tem que suportar tudo, tinha medo de deixar ele e meus filhos se revoltarem contra mim [...]

[...] uma vez eu fiz o Natal aqui em casa, veio todo mundo da minha família pra cá [...] ele estava me agredindo aqui na cozinha, todo mundo lá fora curtindo e ele arrochando minhas goelas, aí minha irmã veio aqui na cozinha e viu, saiu gritando, que ele estava me matando. Aí meu filho puxou ele pela camisa jogou na rua e mandou ele desaparecer [...] acabou a festa [...]

Os relatos de Maria ancorados em sua memória, nos trazem elementos de medo, insegurança, agressões físicas e psicológicas reflexos de uma cultura na qual a mulher teria que passar por aquilo tudo, pois, estava casada, e devia obediência a seu marido, conforme fora criada. Mesmo após a separação o marido ainda continuou a persegui-lá e ameaçar, desde a tomar a casa e colocar ela e os filhos na rua, como também de morte.

Foi perguntado se os meninos presenciavam todas as agressões, segundo Maria, eles presenciavam tudo e muitas vezes apanhavam também:

Todas as agressões, todas elas. Ele batia nos meninos. O meu filho mais novo desmaiava, [...] e ele ia pra cima deles ainda pequenos e por que eu não deixava, acabava apanhando mais. Quando eles cresceram mais um pouquinho, começaram a enfrentar o pai. E isso também não foi fácil [...]

Ele trancava a porta do meu quarto, pra eu não pegar minhas roupas, ele saía e levava a chave do meu quarto, eu dormia pelo chão, na sala ou no quarto dos meninos [...] eu pegava roupa emprestada da minha irmã para poder ir trabalhar [...]

Quando ele foi embora de vez, eu disse pra meus meninos, agora é assim: um por todos e todos por um. Alguém tem que trabalhar pra manter a casa, e esse alguém sou eu. Vocês são de menor e não podem trabalhar. Eu saía com meu filho mais velho quando estava desempregada catando vidro, latinha, garrafa, osso, cobre, andava tanto que o coró do pé do bichinho ficava em carne viva, pra no final de semana a gente ter o dinheiro de comprar pelo menos fubá e ovo pra comer [...]

Fica evidente por meio do relato acima que a violência contra a mulher também atinge os filhos, abrangendo assim, o termo violência familiar, reforçando assim, a afirmativa de Gelles (1997 apud REICHENHEIM; DIAS; MORAES, 2006, p. 5) “a violência familiar é sempre um fenômeno complexo que tende a envolver todos os integrantes do núcleo familiar e não restrito a um indivíduo ou relação específica”.

Maria demonstra por meio de suas memórias ser uma mulher forte e determinada, que teve em seus filhos o apoio que precisava para sair da situação de violência que estava

subordinada. Ela destacou várias vezes durante a entrevista, que os filhos a salvaram muitas vezes da morte.

Foi perguntado a se em algum momento ela pensou em denunciar o agressor, ela confessou que pensou muitas vezes, mas que nunca conseguia ir, pois, faltava coragem, porque sabia que ele seria preso e pensava na vergonha que os filhos passariam.

Foi perguntado a Maria, se ela percebia que estava em um relacionamento abusivo, ela respondeu que sim. Ela relatou: que pensava em todos menos nela mesma. Até que um dia foi no fórum, e prestou queixa contra o agressor. Ele foi chamado a Delegacia da Mulher, recebeu orientações para se manter distante de Maria, caso contrário seria indiciado na Lei Maria da Penha. E assim ele saiu de casa, indo morar como outra mulher tendo relatos de agressividade com todas as mulheres que ele se relacionou.

Maria relata que hoje é uma mulher plena e feliz, que se fosse hoje ela nunca mais deixaria nenhum homem agredi-la nem com palavras nem fisicamente, conforme afirma:

Se fosse hoje em dia eu não precisava nem de apanhar, nem me bater, só bastava agressão verbal, eu já tava indo denunciar, ligeiro, não iria esperar pra apanhar não, que eu não aguento mais apanhar, se fosse hoje, eu disse a ele, se fosse hoje em dia o que tu fazia comigo naquele tempo, tu só tinha feito uma vez [...].

Esse relato encerrou a entrevista com Maria, uma mulher forte e determinada que atravessou situações horríveis de agressões em todas as partes de sua casa, mas que mesmo assim, buscou forças em seus filhos para continuar a luta. Mesmo com Leis que protegem a mulher, os casos de agressão continuam aumentando, os números de mortes aumentam e nos assustam ainda mais, enquanto seres humanos e mulheres, mas, são a partir de casos como esses, de luta e coragem que percebemos a importância de resistir e apoiar as causas a nosso favor.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A possibilidade de conhecer a história de vida de Maria nos leva a entender melhor o modo como se sentem as mulheres que passam ou passaram por situações de violência doméstica, o que dificulta o rompimento com o ciclo de violência.

Percebemos como a memória individual está intimamente relacionada como a coletiva embora tenham características diferentes, imperceptível onde uma termina e a outra começa por isso difícil dissociá-las. E isto se deve a que a todo momento, estamos nos relacionando com outras pessoas, meios, culturas, experiências e identidades diferentes, que de algum

modo auxiliam a construção de nossa identidade enquanto sujeito. Assim como Maria, nossa memória exerce o papel de elo entre passado, presente e futuro fazendo-nos reviver histórias de vidas.

A violência na qual Maria esteve submetida durante os anos em que foi casada, fez com que ela se tornasse mais uma de muitas que são violentadas, agredidas, humilhadas e mortas que amentam os índices dos censos. Um exemplo vivo de uma mulher que por anos sofreu violência física e psicológica devido à cultura machista a qual a sociedade estipula na educação dos filhos.

Mais uma vez ressalta a importância dos índices que mesmo crescendo, a luta também deve crescer e se fortalecer, sendo apoiado pelas políticas públicas de enfrentamento contra a violência, bem como as redes de fortalecimento como as ONG's, as Associações, as Delegacias da Mulher e as Secretarias que foram criadas para impulsionar as políticas.

A violência contra as mulheres ultrapassou a questão humanitária, sendo também tratada como problema de saúde pública devido ao aumento vertiginoso, e os graves casos em que as mulheres recorrem às emergências de hospitais e de médicos. Apesar das conquistas alcançadas, é necessário que a luta e a resistência continuem, pois, apesar de termos como aparato legal a Lei Maria da Penha, os casos de feminicídio não param de crescer.

Importa continuar criando espaços de discussão que incitem a mudança de comportamento, que exijam do poder público a continuidade de políticas que reforcem o combate a violência contra as mulheres, que políticas reforcem as já existentes, que se amplie a divulgação de instituições que dão assistência a mulher, que se dissemine a tipologia de informações que estão ao alcance das vítimas de violência.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Patrícia Galvão. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

Barreto, A. de A. A Questão da Informação. **Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994, p. 3-8, Fundação Seade, São Paulo.

BARSTED, Leila. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada na perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 2015. de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Lei do Femicídio. Brasília, 2015.

BRASIL. Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, de 22 de setembro de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 18 out. 2018.

CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Políticas Públicas de combate à violência de gênero a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Campina Grande, v. 2, n. 2, p. 192-206, jun./dez. de 2017.

CHAUI, Marilena. A memória. In: \_\_\_\_\_. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2006. 13. ed. Cap. 3, p. 138-142.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Relatório nº 54/01, caso 12.051. Maria da Penha Maia Fernandes-Brasil. 4 abr. 2001. **Relatório Anual 2000**. Disponível em: [http://www.sbdp.org.br/arquivo/material/299\\_Relat%20n.pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivo/material/299_Relat%20n.pdf). Acesso: 18 out. 2018.

CORTES, G. R.; ALVES, E. C.; Silva, L.K.R . Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no centro estadual de referência da mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, p. 59-77, 2015.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Niterói, v.5, n.2, p.9-35, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380> . Acesso em: 11 mar. 2019.

DELGADO, L.A.N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Dossiê**. n. 6, p. 9-25, 2003 Disponível em Acesso em: 10 dez de 2015.

FERREIRA, Mary. Feminismo no Nordeste brasileiro: histórias, memórias e práticas políticas. **Polis: Revista Latinoamericana**, 2011.

FIGUEIREDO, M. A. Feminismo no Brasil: retrospectivas. In: COSTA, A. A. A. SARDENBERG, C. M. B. (org.) **Feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: FFCH/UFBA. 2008. p. 51-68.

FONTES, Ângela Maria Mesquita; MARCONDES, Lourdes Maria Antonioli (org.). **Plano Nacional de Políticas para as mulheres (SEPM)**. Secretaria Especial de políticas para as mulheres: Brasília, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006

Hall, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. São Paulo: DP&A, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer como pensar. São Paulo: Contexto, 2017.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **História e memória:** algumas observações, 2011. Disponível em: <http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

NASCIMENTO, Bruna Silva; Bufrem Leilah Santiago. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-2014, 2012.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa. Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social. **Anuário da Segurança Pública na Paraíba 2018**. 2019. Disponível em: [https://paraibaja.com.br/wp-content/uploads/2019/01/Anuario\\_Seguranca\\_2018\\_resumo.pdf](https://paraibaja.com.br/wp-content/uploads/2019/01/Anuario_Seguranca_2018_resumo.pdf). Acesso em: 31 jan. 2019.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 332p.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

REICHENHEIM, Michael Eduardo; DIAS, Alessandra Silva; MORAES, Claudia Leite. Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v.40, n. 4, p. 1-9, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RIGOTTO, Raquel Maria. As técnicas de relatos orais e o estudo das representações sociais em saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./jun. 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTO, Patrícia Espírito. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em questão**, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul.-dez. 2008.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jul. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 21 mar. 2019.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**. São Carlos, v. 16, n. 1, p. 173-186, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em: 23 jan. 2019.

SICILIANO, Mell; SOUZA, Cleiton da Mota de; MELLO, Clara de; METH, Souza. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na Ciência da Informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, 2017.

SILVEIRA, Lenira Politano da. **Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência**. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/lenirapdf.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SOARES, Gilberta. Secretária destaca políticas públicas em apoio às vítimas de violência doméstica. **Paraíba online**, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/2019/04/secretaria-destaca-politicas-publicas-em-apoio-as-vitimas-de-violencia-domestica/>. Acesso em: 01 maio 2019.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em: 25 março 2019.

WOITOWICZ, Karina Janz. A imprensa feminista na luta contra o silenciamento e a impunidade: páginas do movimento de mulheres brasileiras pelo fim da violência sexual e doméstica entre os anos 1970/80. **Epític**, v. 10, n. 2, maio/ago. 2008.